

# Praça do Império: Entre a preservação do património e a memória "romantizada" do passado colonial

[jpn.up.pt/2023/02/18/praca-do-imperio-entre-a-preservacao-do-patrimonio-e-a-memoria-romantizada-do-passado-colonial](https://jpn.up.pt/2023/02/18/praca-do-imperio-entre-a-preservacao-do-patrimonio-e-a-memoria-romantizada-do-passado-colonial)

18 de fevereiro de 2023

A Praça do Império, em Lisboa, foi inaugurada na passada terça-feira (14). Ao JPN, o movimento SOS Racismo declara que a obra, com brasões alusivos ao colonialismo, é "uma glorificação de um Portugal invasor", mas há também quem defenda que "apagar uma forma do passado é um ato de barbarismo cultural".



Restauro da Praça do Império, onde se situa a Fonte Luminosa, causa polémica. Foto: Wikimedia Commons

A renovada **Praça do Império foi inaugurada**, na passada terça-feira (14), em Lisboa, apesar da **controvérsia** gerada em torno dos **brasões** construídos junto à **Fonte Monumental**. A obra, iniciada há dois anos, custou **900 mil euros**, de acordo com a **TSE**.

Segundo a Câmara de Lisboa, o projeto de restauro foi desenvolvido de forma a **conservar o conceito original do jardim**, desenhado por Cottinelli Telmo, em 1940. A plantação de novas árvores, a ampliação da área verde para sul e a reformulação da

eficiência hídrica e energética integram a obra da autoria de Cristina Castel-Branco, da ACB Arquitetura Paisagística.

Entre a comitiva política que marcou presença na inauguração, esteve o presidente da Câmara de Lisboa, **Carlos Moedas**, assim como o presidente da república, **Marcelo Rebelo de Sousa**, e o presidente da Junta de Freguesia de Belém, Fernando Ribeiro Rosa.

Os **brasões** em questão representam as **30 capitais de distrito e antigas províncias ultramarinas**. Já em 2014, a Câmara de Lisboa tinha previsto a remoção de oito destas figuras, relativas às **antigas colónicas**, o que gerou polémica entre um **grupo de cidadãos**. Sete anos mais tarde, uma petição com **5500 subscritores** pediu a manutenção da totalidade dos elementos decorativos, incentivando a autarquia a **recuar na decisão**, segundo a RTP.

Desenhados sob a forma de arranjos florais, desde 1960, os brasões foram agora **reconstruídos em calçada portuguesa**, um elemento identitário da **cultura nacional**.

### **A “glorificação de um Portugal invasor” ou a conservação do património nacional?**

---

A decisão de manter os ornamentos originais da praça lisboeta **não agrada** a todos os sectores da sociedade portuguesa. A par de um **tributo à história** de Portugal e ao período dos **Descobrimentos**, há uma ligação indissociável dos brasões à “glorificação de um **Portugal invasor e desumanista [sic]**”, afirma **Marta Pereira, da SOS Racismo**, em declarações prestadas ao JPN. Os símbolos, exibidos na capital em espaço público, constituem um **retrato das antigas colónias portuguesas**: “Agora que estão desaparecidos, rejeitados pelas forças da natureza, novamente alguém decide por **capricho identitário** ressuscitar antigos símbolos que glorificam um projeto colonial custeado por **crimes contra a humanidade**”, refere a representante do movimento.

Contactado pelo JPN, **Miguel Cardina**, professor na Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais, afirma que a sociedade portuguesa desenvolveu “uma imaginada e, na verdade, nunca existente, **relação de irmandade e de igualdade** entre um país que coloniza e povos que são colonizados”.

Este “**é um monumento de 2023**”, declara o professor, autor de vários livros sobre colonialismo. Apesar de ser a recuperação de uma obra de origem antiga, a intervenção inclui “um conjunto de **opções estéticas e ideológicas**”, pelo que, na opinião do mesmo, se trata “de um **monumento colonialista**”.

Na disputa entre a história e a memória, **Miguel Cardina** recorda que “**a escravatura é apagada** como se não tivesse existido, tendo sido Portugal um **pioneiro e ativo propulsor** dessa experiência histórica”. O investigador reconhece que o passado “está a ser **desnaturalizado**”, mas salienta que o exemplo da Praça do Império revela como ainda “**há muito caminho a fazer**”, na luta contra a **visão que “romantiza”** o período colonial.

Há opiniões, no entanto, que divergem da destes dois especialistas ouvidos pelo JPN. A Petição Contra o Apagamento dos Brasões realça que esta é a “**única praça do mundo** que representa o maior dos feitos portugueses”. Os assinantes apelam à compreensão do **contexto histórico** em que se produziu o monumento e à discussão aprimorada das decisões que afetam o **património**. A destruição (ainda que parcial) da obra constituiria, nas palavras dos proponentes, uma “manifestação de **imaturidade democrática**”, já que “apagar uma forma do passado é um ato de **barbarismo cultural**”.

Quando interrogado sobre o assunto, na visita de inauguração, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, **Marcelo Rebelo de Sousa**, afirma que, já antes, os presidentes Ramalho Eanes, Cavaco Silva e Jorge Sampaio eram **a favor dos brasões**. Agora, diz o presidente da república, “a solução respeita a ideia que os meus **antecessores** tinham: na Praça do Império é manter a **tradição do império**, se eles acharam bem quem sou eu?”.

Para Miguel Cardina, o debate sobre o **passado colonial** e os seus legados deve estar focado na forma como a **história impacta** a realidade atual e as suas especificidades: “**Compreender o racismo** em Portugal é perceber como é que essa **história ainda persiste**”.

Para o futuro, Marta Pereira, da SOS Racismo, sugere uma **revisão contextualizada** dos símbolos e valores que modelam a sociedade e reforça que “nenhum modelo social e político tem de se manter **estático no tempo**”. O país pode, segundo a ativista, escolher entre “**crescer e superar a narrativa** colonial ou manter-se agarrado a um **projeto identitário lusotropicalista**”.

*Artigo editado por Miguel Marques Ribeiro*